



Trabalhadores da Oi indignados

A FITRATELP recebeu com surpresa e indignação a notícia publicada, nesta quinta-feira (23/7), em vários veículos de comunicação informando que o administrador judicial da Oi, Bruno Rezende, ingressou com um pedido junto à juíza da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro solicitando a liberação de R\$ 27,4 milhões para o Caixa da Oi, a autorização para demitir os trabalhadores que estão ociosos e o não pagamento imediato as verbas rescisórias desses trabalhadores. **De imediato, as Federações solicitaram uma reunião com Bruno Rezende.**

Esse pleito do administrador revela, mais uma vez, que ele não está nem aí para a situação dos empregados da Oi. É mais uma prova que desconhece completamente que esses trabalhadores dedicaram suas vidas ao longo de várias décadas, para tornar a companhia forte no segmento de telecomunicações.

A FITRATELP e seus Sindicatos filiados não concordam em hipótese alguma que essa solicitação do administrador judicial seja acatada pela juíza, uma vez que significa o não pagamento dos direitos trabalhistas dos empregados. Como já denunciávamos antes, isso revela que sua verdadeira intenção não é a recuperação da empresa e a preservação dos empregos.

Além disso, não vamos aceitar se repetir com os empregados da Oi o que aconteceu na Serede. Vamos continuar brigando na Justiça para que os valores da massa falida da Serede sejam destinados ao pagamento dos trabalhadores. Enfim, não aceitamos em nenhuma hipótese que essa prática ordinária se repita com os trabalhadores da Oi ou em qualquer outra empresa que esteja numa situação semelhante.

A prioridade tem que ser os trabalhadores, uma vez que envolve salários e verbas alimentícias. O pai de família não pode ficar no olho da rua sem emprego e sem recursos financeiros para se manter e garantir o sustento da família, devido às decisões equivocadas, absurdas e insensíveis de um administrador judicial.

IMPORTANTE

As Federações FITRATELP, FITTLIVRE E FENATTEL irão fazer uma reunião urgente e decidirão as medidas cabíveis para garantir prioridade no pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores. Os advogados das Federações vão ingressar com uma petição contestando o diferimento do pagamento das verbas rescisórias. A luta das entidades sindicais visa a recuperação da empresa, a prestação dos serviços à sociedade e os empregos e direitos dos trabalhadores. QUALQUER NOVIDADE INFORMAREMOS AOS TRABALHADORES!

